

Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1993

O TEXTO E O PRETEXTO

Augusto Boal

A sentença é o próprio julgamento: fui condenado a ser processado. Qualquer que seja o resultado desse processo, a sentença já foi executada: fui processado.

Não vou mais discutir a legalidade do contrato que fiz com a Prefeitura, porque não é aí que reside o problema e disso já se ocupam meus advogados. Minha boa fé - e a da Secretária Helena Severo - já está sobejamente demonstrada pelo simples fato de termos, nós mesmos, anunciado a existência desse contrato, agora posto em questão. Nós o fizemos em audiência pública, no próprio plenário da Câmara, diante de todos os vereadores que aí compareceram, como era seu dever. Nenhum sugeriu sequer que talvez houvesse sombra de dúvida quanto a sua legalidade. Esse fato está registrado no Diário Oficial da Câmara. Não existe maior prova de honestidade.

Eu me recuso a aceitar o papel que alguns vereadores estão me oferecendo no teatro deles, no estilo deles e com texto escrito por eles: o papel de réu, de refém. Na Câmara, estou sendo julgado por alguém como Jorge Pereira, por exemplo, a quem não reconheço esse direito. Foi esse vereador que disse possuir provas de que eu havia depositado um cheque da Prefeitura em minha conta particular - mentira. Apresentei o recibo correto que foi publicado pelo DCM da Câmara. Foi esse vereador que forjou um veredicto de um suposto auditor do Tribunal de Contas - Tribunal que imediatamente desmentiu o texto falsificado. Pode um vereador assim opinar sobre a lisura do que assinei?

Estou sendo acusado por Wilson Leite Passos que declarou recentemente seu ardor militarista e recomendou publicamente o golpe militar a médio prazo. Eu o intimei a confirmar ou negar suas declarações, mas o referido vereador não teve coragem de fazê-lo na tribuna. Quem prega abertamente o fechamento da Câmara terá o direito de, nela, propor a cassação de quem quer que seja? Ele, que prega a cassação da própria Câmara?

Eu me recuso a participar desse julgamento de opereta, eu me recuso a responder a esses vereadores porque, se o fizesse, estaria aceitando as regras de um jogo de cartas marcadas.

O que está sendo atacado, encoberto por essa farsa de falsa moralidade, é a minha pessoa, o meu nome, as minhas idéias. É de perseguição política que se trata, mais uma vez, utilizando-se agora outro pretexto, camuflando-se o verdadeiro objetivo. E, como sei que se não fosse esse contrato, seria outro qualquer o motivo alegado - qualquer outro seria válido para tentar me calar

- não é do pretexto que quero falar e sim do verdadeiro texto.

O pretexto já está nas mãos dos meus advogados que apresentarão todas as provas necessárias.

O verdadeiro texto é: trata-se de uma campanha sórdida, com o objetivo de enlamear o meu nome e destruir a minha imagem, nome de prestígio internacional: nestes últimos dias já recebi, por fax, mais de cem cartas de solidariedade à minha pessoa e de apoio ao meu projeto de "Teatro Legislativo". Cartas assinadas por professores de prestigiosas Universidades onde lecionei, com as de Nova York, UCLA e a Sorbonne, e até outras menos conhecidas como as de Zululand e do Hawai. Escritores, jornalistas, religiosos e cientistas do mundo inteiro, do Brasil, da Europa e das Américas, mas também do Japão e da Austrália - todos me reiteram sua confiança. Todos esses apoios estão sendo comunicados à Mesa da Câmara.

Decidi colocar este prestígio a serviço do Partido dos Trabalhadores e da causa do povo brasileiro. É esse nome que está sofrendo uma tentativa de difamação para ser utilizado precisamente contra o PT.

As forças que, infelizmente, dominam este país, não poderiam permitir que o Partido dos Trabalhadores tivesse este trunfo.

Tentando me transformar em refém desta Câmara tenta-se atacar o PT em vésperas de eleições. Por que dar tanta notoriedade agora a um contrato anunciado há três meses? Se todos os vereadores conheciam esse contrato, por que só agora a sua legalidade é questionada por alguns? Evidentemente, trata-se de uma manobra visando atingir o PT como partido, como um todo, e não apenas a mim, que não sou candidato a mais nada, a não ser a cumprir a promessa que fiz como candidato: inventar o "Teatro Legislativo", como forma de democratizar a política através do teatro.

Os vereadores que guardaram na manga do paletó essa carta marcada estão agora usando o meu nome para provar que todos os políticos são iguais. Mas nós sabemos que não, não apenas no PT mas em alguns outros partidos, gente honesta ainda existe.

Explicitado o texto, voltemos ao pretexto. Se os contratos praticados são ilegais, se ferem a Lei Orgânica, não peço, exijo, reclamo, a cassação do meu mandato. E junto com a minha cassação, exijo a cassação dos mandatos daqueles vereadores, como Wilson Leite Passos e Jorge Pereira que, pensando que os contratos eram ilegais, nesta ilegalidade consentiram e calaram durante três meses. Exijo a cassação dos seus mandatos por ilegalidade e formação de quadrilha - pois que agiram, e agindo estão, mancomunados.

Quanto ao jornal "O Dia" não pretendo formar juízo nem dar a minha opinião, mas, em sinal de respeito aos seus leitores,

devo citar apenas algumas noticias publicadas com alarde, todas falsas, algumas ainda não desmentidas, outras desmentidas nas entrelinhas, quando as acusações foram feitas em letras garrafais. NAO É VERDADE que eu tenha depositado nenhum cheque da Prefeitura em minha conta particular. NAO É VERDADE que tenha existido dolo no que se refere aos números dos CGCs que não pertenciam, os dois, à mesma empresa. NAO É VERDADE que eu tenha sido citado por nenhum Juiz ou Juiza. NAO É VERDADE que minha conta tenha sido bloqueada. NAO É VERDADE que um "auditor" do Tribunal de Contas tenha recomendado o que quer que seja, contra mim ou a meu favor.

Em tempo: sim, é verdade que algumas contas da minha empresa foram pagas com alguns dias de atraso. E com multas. Será isso crime?
